

**Danielle Helena Almeida Machado
Janaina Cazini
(Organizadoras)**



**O Fortalecimento da
Escola Inclusiva, Diversa
e com Qualidade no Ensino**

Danielle Helena Almeida Machado

Janaina Cazini

(Organizadoras)

O Fortalecimento da Escola Inclusiva, Diversa e com Qualidade no Ensino

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F736	O fortalecimento da escola inclusiva, diversa e com qualidade no ensino [recurso eletrônico] / Organizadoras Danielle H. A. Machado, Janaina Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-604-1 DOI 10.22533/at.ed.041190309 1. Educação e Estado. 2. Educação especial. 3. Educação inclusiva. 4. Inclusão escolar. 5. Prática de ensino. I. Machado, Danielle H. A. II. Cazini, Janaina. CDD 371.9
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “*Educação Inclusiva*”, vem apresentar nos diversos artigos os argumentos e resultados de pesquisas de grandes autores que nobremente norteiam os aspectos condizentes a Educação Inclusiva. Dessa forma, traduz um viés das prerrogativas do ensino e aprendizagem dos docentes na performance das experiências com a educação inclusiva, a presença da psicopedagogia nas dificuldades escolares, as preocupações com a Educação Ambiental no garimpo e no campo, entre outras narrativas condicentes.

Desafios e oportunidades em todos as modalidades educacionais estão pautadas nas entrelinhas das publicações da Atena Editora, os capítulos apresentam estudos sobre a Educação Inclusiva, a Educação Ambiental e as Políticas Públicas na esfera Inclusiva na Sociedade.

A Educação Inclusiva é colocada a luz da reflexão social desde 1988 com a Constituição Federal Brasileira onde garante que a educação é um direito de todos e é dever do Estado oferecer Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na Rede regular de ensino. Que adequou as instituições, de maneira geral, a conjeturar estudos, metodologias como alternativas viáveis de inclusão educacional.

Colaborando com essa transformação educacional, este volume é dedicado ao público de cidadãos Brasileiros que são excluídos socialmente ou por suas deficiências físicas, ou por suas deficiências tecnológicas bem como a Modalidade de Educação a Distâncias e toda sua beneficie massiva e transformadora da pratica educacional, apresentando artigos que: refletem sobre a formação do Professor na perspectiva inclusiva; a Alternativa da Educação a Distância para suprir nas necessidades física, econômicas e sociais; Estudos de casos que apresentam desafios e soluções para os públicos em questão.

Os aspectos que norteiam a Educação Ambiental estão intimamente ligados aos processos educacionais de gestão que efetuam experiências e práticas educativas no desenvolvimento da prática sustentável no campo, no garimpo e das diversas áreas de difícil acesso do público que necessita atenção especial.

Ao que concerne as Políticas Públicas na esfera Inclusiva na Sociedade, refere-se na atuação da psicopedagogia frente às dificuldades de aprendizagem, a história e memória do sindicato dos trabalhadores, bem como, o papel da educação na sociedade referindo-se à formação dos educandos do ensino médio.

Para tanto, todas as práticas educacionais da Educação Inclusiva são imprescindíveis ao ensino e aprendizagem eficaz e satisfatório do educando. Os saberes estão correlacionados nas leis vigentes e nas práticas didáticas educacionais. Dessa forma, estima-se reportar à Educação Inclusiva como abrangente e competente.

Por fim, espera-se que este livro possa fortalecer e clarificar os leitores sobre as várias modalidades da Educação Inclusiva como força motriz para o desenvolvimento e a formação integral do cidadão.

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A URGÊNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE GARIMPO NO NORTE MATO-GROSSENSE	
José Aldair Pinheiro Aumeri Carlos Bampi Edneuzza Alves Trugillo	
DOI 10.22533/at.ed.0411903091	
CAPÍTULO 2	6
EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ESCOLA MUNICIPAL ANÍSIO TEIXEIRA – CURITIBA/PR	
Janaina Frantz Boschilia	
DOI 10.22533/at.ed.0411903092	
CAPÍTULO 3	10
LIXO MARINHO E A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO MUNICÍPIO DE CANANÉIA, LITORAL SUL DO SÃO PAULO	
Daiana Proença Bezerra Valéria Ghislotti Iared	
DOI 10.22533/at.ed.0411903093	
CAPÍTULO 4	22
GESTÃO DE PROCESSOS EDUCATIVOS ESCOLARES: PONTOS E CONTRAPONTO SOBRE ORGANIZAÇÃO, SUJEITOS E PARTICIPAÇÃO NAS ESCOLAS DO CAMPO	
Luzeni Ferraz de Oliveira Carvalho Maria Jucilene Lima Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.0411903094	
CAPÍTULO 5	37
INSERÇÃO DO TRABALHO ACADÊMICO NO ENSINO BÁSICO DA ZONA RURAL RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Everton Aparecido Moreira de Souza Cremilson de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0411903095	
CAPÍTULO 6	41
NARRATIVAS DE FORMAÇÃO: PARTILHANDO SABERES DOCENTE SOBRE CURRÍCULO CONTEXTUALIZADO À REALIDADE DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SERRINHA-BA	
Maria Lúcia Anunciação Martins Juliana Gonçalves dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0411903096	
CAPÍTULO 7	53
A IMPORTÂNCIA DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA COMO ALTERNATIVA PEDAGÓGICA PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO	
Matheus Casimiro Soares Ferreira Lucas Casimiro Soares Ferreira Meubles Borges Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.0411903097	

CAPÍTULO 8 64

OS DESAFIOS PARA A OFERTA DO ENSINO NAS CLASSES MULTISSERIADAS NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE DUTRA-BAHIA

Maiane Alves Machado
Maria Dorath Bento Sodré

DOI 10.22533/at.ed.0411903098

CAPÍTULO 9 76

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: OS SABERES CONSTRUÍDOS PELOS PROFESSORES A PARTIR DE SUAS EXPERIÊNCIAS COM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EM DUAS ESCOLAS DE FORTALEZA

Daniel de Oliveira Perdigão
Ângela Martins de Castro
Mariana Lima Vecchio

DOI 10.22533/at.ed.0411903099

CAPÍTULO 10 81

PRÁTICAS E CONCEPÇÕES DOS INTÉRPRETES DE LIBRAS SOBRE O ENSINO DE BIOLOGIA EM ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM IMPERATRIZ/MA

Darlan Morais Oliveira
Fernando Brasil Alves
Ana Amélia Coelho Braga
Fyama da Silva Miranda Gomes
Josidalva de Almeida Batista
Josiane Almeida Silva
Alcicleide Pereira de Souza
Maria José Costa Faria
Henrique Silva de Souza
Maria da Conceição Silva Cardoso
Jael Sanches Nunes
Teresinha Guida Miranda

DOI 10.22533/at.ed.04119030910

CAPÍTULO 11 85

EXISTE UNIDADE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA SURDOS NO BRASIL?

Rubia Carla Donda da Silva
Viviani Fernanda Hojas

DOI 10.22533/at.ed.04119030911

CAPÍTULO 12 94

LITERATURA SURDA E O ENSINO DE LIBRAS: UM OLHAR PARA A CRIANÇA OUVINTE

Raylla Samara Pontes dos Santos
Aline de Fátima da Silva Araújo
Jéssica da Silva Ramos
Tamyres Soares Targino Muniz

DOI 10.22533/at.ed.04119030912

CAPÍTULO 13 108

MULTILETRAMENTOS, LIBRAS E FORMAÇÃO DOCENTE

Adriana Moreira de Souza Corrêa
Natália dos Santos Almeida

DOI 10.22533/at.ed.04119030913

CAPÍTULO 14	120
NEAI E SUAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR	
Carla Imaraya Meyer de Felipe Surama Lopes do Amaral Rosielen Alves de Souza Sergio Machado Morais Júnior Ivandro Rafael Heckler	
DOI 10.22533/at.ed.04119030914	
CAPÍTULO 15	131
ENSINO-APRENDIZAGEM DE ELETRICIDADE PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	
Pedro Arly de Abreu Paula Gilberto Dantas Saraiva Silvana da Silva Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.04119030915	
CAPÍTULO 16	143
FOTOGRAFIA E CEGUEIRA: PARA ALÉM AS FRONTEIRAS DA COMUNICAÇÃO VISUAL	
Ana Cláudia Dias Ribeiro Aloir Pedruzzi Junior Emi Silva de Oliveira Caroline Alves Dias	
DOI 10.22533/at.ed.04119030916	
CAPÍTULO 17	152
O PAPEL DE DOCENTES E GESTORES ESCOLARES NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	
Pedro Felipe da Costa Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.04119030917	
CAPÍTULO 18	167
PRÁTICAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS/EXATAS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL – REVISÃO DE LITERATURA	
Darlan Morais Oliveira Ana Amélia Coelho Braga Josidalva de Almeida Batista Josiane Almeida Silva Alcicleide Pereira de Souza Maria José Costa Faria Henrique Silva de Souza Maria da Conceição Silva Cardoso Larissa Carvalho de Sousa Patrício Francisco da Silva Leide Cintia Vieira Silva Cremilda Peres Cangussu de Abreu	
DOI 10.22533/at.ed.04119030918	

CAPÍTULO 19	172
EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: O PAPEL DAS POLÍTICAS DE ENSINO MÉDIO NA FORMAÇÃO DE EDUCANDOS NO MUNICÍPIO DA AMAZÔNIA PARAENSE	
Afonso Welliton de Sousa Nascimento	
Francinei Bentes Tavares	
Yvens Ely Martins Cordeiro	
Alexandre Augusto Cals e Souza	
DOI 10.22533/at.ed.04119030919	
CAPÍTULO 20	185
PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES E PROFESSORES SOBRE OS FATORES QUE INFLUENCIAM NA APROVAÇÃO NO ENEM	
Raelma Medeiros Dantas	
Maria Genilda Marques Cardoso	
Iloneide Carlos de Oliveira Ramos	
Isauro Beltrán Núñez	
DOI 10.22533/at.ed.04119030920	
CAPÍTULO 21	197
A ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA FRENTE ÀS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Tiago Oliveira de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.04119030921	
CAPÍTULO 22	211
HISTÓRIA E MEMÓRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MORRO DO CHAPÉU-BA (1979-2015)	
Solon Natalício Araújo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.04119030922	
CAPÍTULO 23	226
POR UMA POÉTICA DA MEMÓRIA: NARRATIVAS VISUAIS ENTRECruzANDO TEMPOS E ESPAÇOS	
Roberto Lima Sales	
Mariane Freiesleben	
DOI 10.22533/at.ed.04119030923	
CAPÍTULO 24	238
FORMAÇÃO HUMANA E VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: TRAÇOS DE UMA RELAÇÃO QUE DESAFIA O PROFISSIONAL PROFESSOR	
José Robério de Sousa Almeida	
Maria Elizomar de Almeida e Silva Sousa	
Lia Hebe Gonçalves de Lima Oliveira	
Maria Josenir da Silva Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.04119030924	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	253
ÍNDICE REMISSIVO	254

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: O PAPEL DAS POLÍTICAS DE ENSINO MÉDIO NA FORMAÇÃO DE EDUCANDOS NO MUNICÍPIO DA AMAZÔNIA PARAENSE

Afonso Welliton de Sousa Nascimento

Universidade Federal do Pará
Afonsows27@gmail.com

Francinei Bentes Tavares

francinei@ufpa.br

Yvens Ely Martins Cordeiro

yemcordeiro@ufpa.br

Alexandre Augusto Cals e Souza

alexandre@ufpa.br

1 | INTRODUÇÃO

Constituem-se como objeto de estudo deste artigo as políticas educativas do Ensino Médio no Estado do Pará e seu papel na formação de educandos, pertencentes a uma escola pública da Amazônia Paraense, no Município de Abaetetuba, abrangendo o período de 2007 a 2012, tendo em vista compreender como tais políticas refletem nas expectativas das dinâmicas educacionais locais.

Falar de Ensino Médio na Amazônia paraense significa penetrar uma realidade complexa, derivada de múltiplos fatores, entre os quais citamos a sociobiodiversidade característica da região, a extensão territorial do Estado, bem como, a histórica desigualdade regional que tem imperado no Brasil e reflete substancialmente no agravamento dos

resultados nos indicadores do Norte e Nordeste do País, com destaque para os indicadores educacionais do Estado do Pará. Este aparece em penúltimo do ranking nacional do Ensino Médio, com o IDEB de 2,9, segundo dados do INEP de 2013.

A expansão do Ensino Fundamental no País e no Estado Pará, que o torna quase universalizado no acesso, ainda não foi capaz de superar a desigualdade educacional elevada entre as regiões e segmentos populacionais urbanos e rurais, étnicos e de gênero. A precariedade do ensino ainda é uma realidade, a distorção série-idade, condições físicas e materiais problemáticas e a falta de políticas que garantam a permanência com sucesso são elementos que evidenciam tal realidade nos municípios da Amazônia paraense.

Isto nos leva a problematizar o papel das políticas educacionais do Ensino desenvolvidas pelo Estado Paraense na formação de alunos, tendo em vista compreender como estas refletem nas dinâmicas sociais locais do Município estudado.

Assim, cabe definir esse universo da pesquisa desenvolvida, ou seja, olhar a realidade amazônica desde um lugar que pouco se estudou, mas que expressa o ambiente das populações que nela habita. Trata-se, então, de

pensar a educação desde o Município de Abaetetuba, que embora tenha uma dinâmica urbana e receba certa influência de grandes projetos industriais, perfaz em sua constituição uma forte presença de atividades tradicionais tanto na formação cultural de sua população – ribeirinhos, quilombolas e agricultores familiares – quanto na manutenção de atividades econômicas marcadamente desenvolvidas pelo extrativismo, a pesca, o artesanato e a agricultura familiar. Numa dinâmica caracteristicamente complexa, marcada pela influência do papel do Estado e do mercado nas cidades amazônicas, na linguagem de Castro (2009), demonstra uma complexa diferença na sua formação que nos leva a compreendê-las como realidades diferentes em sua origem, tanto definidas pelas atividades socioeconômicas e culturais de suas raízes históricas, quanto das relações sociais postas em sua trajetória de formação.

Desse modo, se justifica estudar o Ensino Médio na Amazônia Paraense, mais precisamente em Abaetetuba, com o desafio de realizar uma pesquisa em uma escola pública de Ensino Médio, em que, além de nos levar a repensar os saberes e as experiências de jovens alunos; significa, muito mais do que a busca de respostas, a possibilidade de elaborar um referencial que se configure como um caminho a ser trilhado na formação de políticas voltadas a formação média, tendo como pressuposto o diálogo entre as pessoas envolvidas no processo educativo na região.

Embora os municípios paraenses constituam estrutura formal no Estado, trazem em si dinâmicas constitutivas que representam não só valores e costumes tradicionais das populações que neles habitam, como possuem injunções locais que dão características próprias às formas de ação política e de poder dos diversos agentes sociais que os compõem.

Essa reflexão torna-se relevante porque ela muda o enfoque de se pensar os conceitos de política educacional, formação, pois os situa em um *locus* de agentes que representam as instâncias institucionais dos governos – e tratam do papel que a educação e/ou escola ocupam nesse espaço.

Assim, pensar a educação e/ou as instâncias institucionais no Município é compreender que, além das políticas públicas que simbolizam os investimentos econômicos, de saber e de infraestrutura, elas determinam poder de agentes sociais que representam políticas ou a hegemonia de grupos ou frações de classes sociais locais. Ou seja, um secretário de educação, um coordenador regional de ensino, bem como um diretor, professores, alunos significam tanto representação política como indicam resoluções de demandas sociais a serem solucionadas pelo Estado.

Tal percepção torna, assim, o papel da escola nesse *locus* como elemento fomentador tanto de possibilidade de ascensão social, respondendo ao anseio individual por elevação de conhecimento e perspectiva profissional, como também inclui a mentalidade de incorporar em seu conteúdo de formação a dinâmica do trabalho e da cultura local.

O Município então, como esse lugar de encontro, de política e de formação de cidadania, torna-se o referencial para que seja possível compreender a especificidade

da dinâmica social da Amazônia paraense. É expressão do urbano e do rural, do sujeito da cidade e do campo, de homens e mulheres que fundam sua existência e perfazem um processo de vida e política.

Na verdade, as questões que norteiam este trabalho apontam para os seguintes questionamentos: a formação se insere em uma perspectiva propedêutica e urbana, desvinculada da dinâmica social local? As experiências voltadas às escolas que recebem os alunos dessa dinâmica urbana e rural cumprem um processo formativo que reflita sua cultura e necessidades de sobrevivência? O mundo do trabalho e da cultura local seriam elementos efetivos de reflexão das atividades educacionais da educação básica, mais especificamente no Ensino Médio?

Portanto, cabendo a seguinte indagação do problema de pesquisa: *Qual o papel das políticas de Ensino Médio desenvolvidas pelo Estado Paraense na formação de alunos?* De outro modo, a formação dos educandos refletem as implicações das políticas educacionais do Ensino Médio desenvolvidas pelo Estado do Pará no município de Abaetetuba?

Assim, este artigo propõe desvelar qual a ideia de educação incorporada nas diretrizes e orientações das políticas educacionais propostas pelo Estado Paraense voltadas ao Ensino Médio no Município. Partimos da hipótese de que falta uma sincronia entre as políticas educacionais desenvolvidas pelo Estado Paraense no Ensino Médio, com a formação dos alunos.

2 | ASPECTOS METODOLÓGICOS

Na busca da compreensão desta realidade, fez-se necessário utilizar como estratégia metodológica de pesquisa, que possibilitou o alcance dos objetivos propostos pela investigação, o estudo de caso, tomando como sentido entender o papel das experiências dos agentes envolvidos na constituição do tema em estudo.

Na verdade, o objetivo é analisar o papel das políticas educacionais do Ensino Médio nos saberes e experiências desenvolvidas na escola mediante ações educacionais refletidas tanto no desenvolvimento do projeto político-pedagógico quanto na compreensão dos coletivos e pessoas envolvidas: alunos concluintes do Ensino Médio. Segundo Chizzotti,

O estudo de caso é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisa que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-los analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora. (2009, p.102).

A elaboração da pesquisa passou necessariamente pelo olhar sensível e reflexivo sobre os envolvidos. Assim, a elaboração do conhecimento requer essencialmente a ação dos sujeitos que não são simplesmente informantes, mas agentes que

participam. Na prática, alunos, influenciaram nas ações da pesquisa, na medida em que ofereceram outro olhar acerca da dinâmica estabelecida no desenvolvimento da política educacional na escola de Ensino Médio estudada.

É preciso considerar que o estudo de caso no qual centramos a atenção é objeto de determinações internas e externas. Dessa maneira, além dos procedimentos de investigação no âmbito interno e externo da escola, consideramos também as orientações da SEDUC, ouvindo os gestores que conduziram a política educacional nesse período no Estado, bem como os representantes dessa Secretaria no Município, representada pelo gestor da Unidade Regional de Ensino; compreendendo, portanto, o conjunto de valores e expectativas que as pessoas elaboram diante do desenvolvimento da política educacional posta em prática.

É neste sentido que o pensamento de Chizzotti sobre estudo de caso se fez fundamento para o desenvolvimento da pesquisa, em sua linguagem, parafraseando o autor, no estudo de caso são tomados como unidade significativa do todo,

(...) e, por isso suficiente tanto para aprofundar um julgamento fidedigno quanto para propor uma intervenção. É considerado também como um marco de referência de complexas condições socioculturais que envolvem uma situação e tanto retrata uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes em uma dada situação. (IDEM, 2009, p.102)

Além disso, no desenvolvimento da pesquisa, trabalhamos com dados secundários e primários. Assim, o levantamento bibliográfico e documental teve como objetivo garantir o arcabouço teórico que deu suporte à pesquisa. Tratou-se de uma atitude que permeou todos os momentos do estudo, conquanto tais investigações se configurem como um processo continuum em qualquer pesquisa. Empreendimento documental e bibliográfico, está centrado mais especificamente nas discussões acerca da temática pesquisada: contexto econômico-social e políticas educacionais nos planos nacional e local.

A pesquisa teve como objetivo o levantamento de informações acerca dos planos e projetos governamentais para a Educação, projetos de lei, resoluções e outros documentos oficiais que ajudaram na compreensão do objeto investigado.

De outro lado, os dados primários, centrados na coleta dos dados foram, colhidos de acordo com a dinâmica da própria condução da pesquisa. Destacam-se aqui os instrumentos mais recorrentes na tradição de pesquisa no campo educacional, tais como: entrevistas semiestruturadas, além da metodologia de grupo focal no diálogo com os estudantes. Dados quantiquantitativos levantados, buscando empreender uma investigação voltada tanto à descrição e a explicação da realidade tal como se apresenta quanto ao desvelamento dos determinantes não explícitos, mas marcantes na definição das políticas educacionais do Ensino Médio estabelecidas na realidade pesquisada.

A opção por essa escola de Ensino Médio decorreu, também, do fato de ela

estar localizada em um município caracteristicamente amazônico. Os discentes que frequentam essa escola, além de serem do meio popular, são em grande quantidade provenientes do campo: filhos de agricultores familiares e de populações tradicionais, como ribeirinhos e quilombolas. Esse fato é que nos exige pensar o papel das políticas educacionais em um *locus* que, embora urbano, forma pessoas para um universo composto de diversidades e de práticas sociais diferentes.

Quanto à escolha das turmas, a opção por aquelas do 3º ano do Ensino Médio, com discentes de idades diferenciadas e turnos diferentes decorre do fato de ensinar a compreensão sobre o universo juvenil e adulto que adentra o espaço escolar. Assim, uma diversidade de faixa etária foi envolvida e ouvida na organização da formação e da prática educativa nessa escola. Quanto ao número de *alunos em exercício na escola*, envolvidos na pesquisa com os quais o instrumento metodológico utilizado também foi o grupo focal, com os 14 participantes – divididos em três momentos e por turno que perfaziam os horários da escola: matutino, vespertino e noturno. O método utilizado para organização e análise dos dados foi o da análise de conteúdo o que facilitou a interpretação das respostas dadas pelos discentes pesquisados.

3 | CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO NO PARÁ

Compreender o papel das políticas educacionais do Estado Pará voltadas para o Ensino Médio na formação de discentes e na prática social de egressos significa ir à busca de uma interpretação que tenha como referência uma perspectiva de mesoabordagem do fenômeno educativo, em que, além das dinâmicas locais que se constituem em tecido de realização de tais políticas, há uma conjuntura global que se funda no papel do Estado Nacional e de suas ações como fomentador e realizador de políticas voltadas ao desenvolvimento econômico, social e político, que irão refletir decisivamente na educação na Amazônia paraense.

O período que tomamos como referência para investigar se inicia em 2007 e segue até 2012, intervalo em que se observa a confluência de mudanças introduzidas tanto no Estado Nacional como supostamente na dinâmica regional do Governo paraense. A conjuntura deste momento encontra-se envolta em um contexto socioeducacional marcado por continuidades das transformações no processo de reestruturação do capital e da globalização econômica em curso no Brasil desde a década de 90 do século imediatamente passado, que se traduz no novo papel da ciência e da tecnologia, bem como das modificações traduzidas pela informatização e pela microeletrônica no universo da economia e do mundo do trabalho produtivo.

Compreender, entretanto, o papel das políticas educacionais do Ensino Médio desenvolvidas pelo Estado paraense no período que nos propomos estudar, significa que, além dessa conjuntura econômica, social e educacional acima exposta, que influencia efetivamente nas políticas do Ensino no Estado do Pará, esse período

estava, nos marcos da gestão do Estado Nacional, com os destinos nas mãos do presidente Lula, e não representou em essência transformação nos padrões da política econômica. Há, nas análises dos intelectuais de Economia e Ciências Políticas, um momento controverso no papel das políticas do governo em questão. Para diversos autores, permaneceria nos limites dos princípios neoliberais – Oliveira (2010), Coutinho (2008). Para outros, estaria em curso um processo de retomada de uma nova fase neodesenvolvimentista – Pochmann(2011).

Quando, porém, se vai à análise das políticas sociais do governo Lula, a agenda se altera, trazendo para o Estado um papel mais próximo das demandas sociais e um redirecionamento dos investimentos em educação.

Segundo Savana Melo (2011), mesmo que se possa afirmar que tenha havido continuidades no desenvolvimento das políticas educacionais do governo anterior, centrados, principalmente, nos ditames das agências internacionais de fomento, há, inegavelmente, segundo ele, diferenças importantes na implementação das diversas políticas educacionais. Enquanto no governo Fernando Henrique se primava por uma política impositiva, o governo Lula se estabelecia por políticas de adesão, com menor resistência às suas iniciativas.

Do mesmo modo, para o mesmo autor houve diferenças significativas no que se refere ao financiamento da Educação Básica, postas principalmente na reestruturação do fundo de financiamento, o FUNDEF, substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Assim, no caminho da elaboração da política educacional, o Governo procura estabelecer outro enfoque nos princípios e diretrizes que norteariam a sua ação. Essa perspectiva encontra-se definida no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, em cujo conteúdo fica evidente a necessidade de revisão das políticas educacionais voltadas para a Educação Básica.

Segundo o texto do documento, há necessidade premente de se superar o caráter dualista da formação e o olhar sobre a educação como instrumento de política fiscal e fragmentária¹ tendo como ênfase a superação de uma mentalidade gerencial e mercadológica que preponderou durante o desenvolvimento das políticas educacionais do governo anterior,

Diferentemente da visão sistêmica que pauta o PDE, predominou no Brasil, até muito recentemente, uma visão fragmentada da educação, como se níveis, etapas e modalidades não fossem momentos de um processo, cada qual com objetivo particular, integrados numa unidade geral; como se não fossem elos de uma cadeia que deveriam se reforçar mutuamente. Tal visão fragmentada partiu de princípios generalistas e fiscalistas, que tomaram os investimentos em educação como gastos, em um suposto contexto de restrição fiscal. (BRASIL - MEC, 2007,

1 Forma como os autores que analisaram a economia durante a gestão do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso a definiram como de caráter neoliberal, centrada principalmente no ajuste financeiro e fiscal (FRIGOTTO, 1995)

Quando se retomam tais reflexões direcionadas ao Ensino Médio e ao Ensino Profissionalizante, o enfoque, embora não supere por si mesmo o sentido da dualidade estrutural entre formação propedêutica e profissional, reabre a possibilidade da unidade entre o caráter geral da formação e o universo do mundo do trabalho.

No âmbito da legislação, o Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997, e a Portaria 646, do Ministério da Educação e do Desporto, de 14 de maio de 1997, são discutidos e revogados com a promulgação do Decreto nº 5.154, de 23 de julho 2004, pelo então presidente Lula. Nele busca-se superar a dualidade introduzida no decreto anterior, apontando acima de tudo a integração entre conhecimento e prática, saber e domínio tecnológico e, portanto, busca a superação da dualidade entre formação propedêutica e formação profissional, dando ênfase ao Ensino Médio Integrado.

Segundo Gaudêncio Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), o documento é resultado da correlação de forças que se estabeleceram no âmbito interno do governo, de posições progressistas e conservadoras que se colocaram em disputa desde os embates da Constituição de 1988 e da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Essa reflexão é o substrato do entendimento da política educacional do governo Lula voltado ao Ensino Médio. Retomam-se os princípios e as diretrizes apontadas na LDB, nos artigos 35 e 36, na perspectiva de superação estrutural da dualidade histórica entre pensamento e ação, conhecimento e mundo do trabalho, buscando na mentalidade da integração firmar o tripé efetivo da ciência, da cultura e do mundo do trabalho.

Essa realidade é expressa numa certa preocupação com a reestruturação e expansão do Ensino Médio por iniciativas da esfera federal. O Governo, compreendendo a importância estratégica do Ensino Médio para a Educação brasileira, instituiu um Grupo de Trabalho (GT) Interministerial² – Portaria 1189, de 05 de dezembro de 2007, e Portaria 386 de 25 de março de 2008 –, objetivando

(...) estabelecer uma política de médio e longo prazo para consolidar, no ponto de vista quantitativo e qualitativo, o ensino médio no Brasil por meio:

- de uma reestruturação do modelo pedagógico desta etapa da educação básica que colabore na superação do dualismo entre o ensino propedêutico e profissional;
- da expansão da oferta de matrículas da rede de escolas médias federais para um patamar entre 10% das matrículas totais desta etapa da educação básica.

Essas ações mais globais do governo Lula, influenciaria o norte do desenvolvimento das políticas educacionais na Amazônia paraense no período de 2007 a 2012 no qual nos propomos estudar. No âmbito do discurso oficial do Governo do Estado do Pará, a linguagem é de superação de uma gestão centralizada voltada aos ditames do mercado

2 Coordenado pelo Ministério da Educação e Ministério Extraordinário de Assuntos Estratégicos.

e de parâmetros exclusivos de uma política econômica que deveria ser superada. O caminho a ser trilhado buscaria partir de uma nova dinâmica de planejamento, que incorporaria processos da gestão democrática e de participação da população na definição das demandas a serem assumidas pelo Governo do Estado nos dois biênios de sua administração.

Este enfoque encontrar-se-á nas definições das políticas públicas e nas ações do governo colocadas no PPA de 2008 a 2011, deliberadas como prioridades a serem assumidas.

Essas ações e metas foram compostas nas atividades desenvolvidas pelo Planejamento Territorial Participativo – PTP, que buscava a partir de assembleias envolvendo os diversos setores sociais e as diversas regiões do Estado pensadas como território, definir demandas e prioridades nas políticas sociais a serem desenvolvidas pelo Estado paraense. Assim então, se compunha o plano no preâmbulo norteador das estratégias de ação:

Neste contexto, o Plano Plurianual 2008-2011 foi fundamentado em um modelo inovador de planejamento e gestão, inaugurando uma nova fase no planejamento governamental com a construção e a gestão do Plano a partir de um amplo debate, buscando a implantação de um novo padrão de relação entre Estado e sociedade, marcada pela transparência, solidariedade e corresponsabilidade, consubstanciada no controle social.

A sociedade passa, então, a ser o agente de mudança para o desenvolvimento, com uma visão territorial/local de suas demandas sociais, garantido seu espaço neste novo Governo. (PARÁ, 2008 p.2).

Este aspecto torna-se ainda contundente quando estabelecem as ações na criação e desenvolvimento do Planejamento Territorial Participativo como instrumento de referência desse caráter democrático da gestão, buscando as diversas dinâmicas e demandas provenientes da real necessidade das populações envolvidas.

Quando se retorna aos aspectos educacionais, embora o norte da reflexão caminhe na construção fundada nestes parâmetros apontados pela gestão democrática, isto não significa dizer que, objetivamente, se logrou avanços significativos na incorporação das demandas sociais locais. No âmbito da gestão, constitui-se de forma conturbada; durante os quatro anos de gestão, modificou-se o gestor em torno de cinco vezes, o que não simbolizava um processo permanente de continuidade das ações desenvolvida por parte de cada um deles.

Algumas ações buscaram efetivamente dar outra dinâmica ao processo educacional que se coadunava com a mentalidade descrita nas ações de planejamento e gestão do Governo. Teve início um conjunto de seminários, fóruns, reuniões, com o intuito de reformular a legislação de ensino; diversas publicações foram encaminhadas às escolas, organismos e representações da sociedade civil com a intenção de redefinir uma nova política voltada para a Educação Básica.

Do mesmo modo, construíram-se as conferências de Educação, tanto municipais,

regionais e a estadual para elaboração do Plano Estadual de Educação, aprovado no final do Governo – Lei 7.441, de julho 2010.

No Ensino Médio buscava superar a dualidade sistêmica traduzida nos governos anteriores. Por via Secretaria de Estado de Educação – SEDUC – reincorporaram-se as Escolas de Trabalho e Produção ao sistema formal de ensino, da mesma forma que se buscou, por via das diversas publicações, estabelecer novos marcos ao Ensino Médio, tendo como influência os parâmetros definidos pelo Governo federal tanto nas balizas do Decreto 5.154/2004, quanto da Resolução 04/2010, que reformula as diretrizes curriculares da Educação Básica, em que ambos redefiniriam o caráter identitário do Ensino Médio, resgatado no conceito da integração e formação geral e mundo do trabalho.

Se por um lado, porém, no âmbito institucional, o Governo apontou avanços nas legislações e nos procedimentos, por outro, nos parece que por falta de uma maior organização interna e de um processo de intervenção sistêmica efetiva, aparentemente as ações acabaram por constituírem-se de maneira isolada, sem que se efetivassem como políticas públicas.

Quando se retorna ao caráter regional do sistema público de ensino, voltado aos municípios fincados nas dinâmicas amazônicas, não se vislumbrou no âmbito organizacional uma descentralização efetiva que fosse capaz de gerar nas Unidades Regionais de Ensino – URES – processos descentralizados que possibilitassem construções diferenciadas e experiências próprias, ou ainda que refletissem as dinâmicas das injunções sociais e da cultura local. As carências infraestruturais permanecem, a universalização ainda não se constituiu e a formação está distante de uma prática social cidadã que reflita a cidadania e o mundo do trabalho local.

A imagem que ainda se vislumbra, pois, é que no Ensino Médio a formação na escola se insere numa realidade de cunho propedêutico e urbano frágil, sem um vínculo efetivo com espaço social local; as realidades da formação nas escolas dos municípios que recebem os alunos dessa dinâmica rural e urbana convivem com um processo formativo distante de sua cultura e necessidades de sobrevivência; e o mundo do trabalho e da cultura local está longe das atividades educacionais propostas ao Ensino Médio.

Ante o exposto, fazem-se os seguintes questionamentos: em que medida as políticas educativas do Ensino Médio no Estado Pará refletem na formação dos educandos no município? O que orientou a dinâmica de formação do Ensino Médio no período que nos propomos estudar, de 2007 a 2012?

4 | POLÍTICA EDUCACIONAL E SEU REFLEXO NA FORMAÇÃO DOS DISCENTES

Assim quando se vai ao universo dos participantes da pesquisa as vozes trazem o conflito entre a dinâmica da política posta em prática pelo Governo do Estado paraense e a formação no Município estudado. O que está em pauta é a necessidade

de superação da dualidade sistêmica da expansão que não conseguiu responder aos anseios de formação do conjunto populacional a ser atendido. No discurso está a imperiosa urgência de integração entre o processo formativo e o mundo do trabalho. Esta é a tônica das vozes que ressoam sobre a realidade educacional da escola pública do Município, elemento que reforça a interpretação de Marise Ramos, quando estuda o perfil da política educacional voltada à Educação Básica e a Formação Profissional, a partir dos anos 1990 do século anterior. As reformas tinham como principal objetivo as demandas levantadas pelo mercado, em detrimento de uma formação integral que respondesse às necessidades humanas, o que aprofundou o fosso entre a formação geral e o mundo do trabalho, o que, na linguagem dos gestores do sistema, influenciaria peremptoriamente na política educacional dos governos paraenses. Ainda, segundo Ramos, “A posição descolada da educação profissional e tecnológica em relação ao sistema educacional, assim como as políticas de formação para o trabalho, passou a ser orientada para os programas da capacitação de massa” (2012, p,35), o que refletiu efetivamente nas consequências formativas da escola pública no Brasil, separando formação geral da preparação para o trabalho. O mesmo refletiu na perspectiva da formação do Ensino Médio regular e/ou profissional do Estado paraense e, por conseguinte, no Município e na escola pesquisada, permanecendo o sentido da dualidade sistêmica e não respondendo o anseio de um número considerável de alunos.

Isso demonstra o que se vem afirmando em todo o trabalho da distância do conhecimento oficial com os anseios dos que adentram a escola provenientes do meio popular, o que exige das instituições públicas outra dimensão de currículo, com uma formação crítica capaz de dar a essas pessoas possibilidades de conhecimento e reconhecimento destes como sujeito de direito.

De tal modo, se percebe é que para os alunos entrevistados o Ensino Médio traz a contradição inerente ao seu papel definido na política educacional. É tempo de passagem, local legítimo da formação. Por outro lado, pelos percalços estruturais, sua formação torna frágil e pouco reflete na preparação, principalmente, para a continuidade dos estudos e ao mundo do trabalho, pois quem aspira tem que buscar complemento de formação em outros lugares, em especial em cursinhos preparatórios. Segundo os discentes, a maioria não havia se inscrito no concurso vestibular porque não se sentia preparada. Os que o fizeram estavam desde o início do ano fazendo formação paralela nos cursos preparatórios. Somado a isso, vêm, ainda à falta de estrutura da escola, a carga horária excessiva dos professores e o descompromisso do Governo e/ou do Estado em relação à escola pública, o que leva à desmotivação e à evasão dos alunos; fato demonstrativo do reflexo negativo da política educacional na formação desenvolvida no universo escolar.

A continuidade desse discurso permanece quando se reflete com os alunos sobre a preparação para o trabalho, o conflito entre a resignação e a crítica no conteúdo das falas. Novamente, há a dessignificação do reflexo das proposições educacionais do

sistema com as necessidades das populações atendidas. A negação da integração como elemento essencial da expansão, como se refletiu no capítulo anterior, trouxe a permanente distância entre os objetivos da política, a formação na escola e o real sentido e interesse do aluno.

Destaca-se que a formação recebida na escola não dá uma preparação assim tão qualificada, capaz de dar acesso às grandes ocupações industriais. Isto só é possível se eles, além do Ensino Médio, buscarem cursos que deem uma formação específica, tanto para o comércio local quanto para empregos na indústria. Na linguagem dos alunos, não há estrutura na escola que favoreça tal finalidade. Mesmo uma formação básica de informática é pouco pensada, ainda que a escola possua um laboratório. Isto reforça o sentido da dualidade sistêmica na expansão do Ensino Médio para as cidades do Estado paraense. Como afirma a aluna,

Então esse conhecimento que falta é que procuro em cursinho, e em escola profissionalizantes. E eu acho que o ensino médio, terceiro ano que eu estou cursando, há muita carência dessa preparação para o mercado de trabalho. A informática que é importante não se vê na escola mesmo que exista o laboratório. (ALUNA B – T).

Por dentro dessa reflexão, complementam os discentes seguintes, chamando a atenção para a carência na formação para o mundo do trabalho em especial, para empresas de maior porte, principalmente de quem está concluindo o Ensino Médio:

Assim, se você trabalhar numa loja, você tem que fazer um curso de operador de caixa, por exemplo, então é algo fora da escola, do Ensino Médio. Então foco sim essa carência, eu saindo daqui da escola no meu último ano, eu não vou a lugar nenhum ou empresa de grande porte, citando, por exemplo, Alunorte, só com o meu certificado do ensino médio conseguir um bom emprego não, então tenho que fazer um curso técnico ou fazer faculdade para poder conseguir um emprego bom. (ALUNA C – T).

Essa reflexão demonstra como não houve, nos anos que enfocamos no estudo, na perspectiva da expansão do Ensino Médio para os municípios, a proposição do Ensino Médio Integrado, como forma de amenizar a dualidade sistêmica na política de Educação do Estado dos anos anteriores. Confirmando o que se refletiu, as proposições sistêmicas ficaram muito mais na intencionalidade do que efetivamente chegam ao universo escolar. Os aspectos enfocados na proposta curricular permaneceram no Ensino Médio Regular, na ênfase da formação para continuidade dos estudos em detrimento das demais dimensões formativas, estabelecendo, portanto, o papel ideológico e de classe ocupado pelo conhecimento oficial como define Apple (2006), determinando para diversos setores sociais o lugar de ocupação no processo de produção.

5 | ELEMENTOS CONCLUSIVOS

Essas conclusões respaldam-se na linguagem dos alunos, quando expressam seu entendimento acerca do reflexo da formação e reafirmam o sentido do conflito entre a dinâmica da política posta em prática pelo Governo do Estado paraense e a formação no Município estudado, o que está em pauta é a necessidade de superação da dualidade sistêmica da expansão que não conseguiu responder aos anseios de formação do conjunto populacional a ser atendido. No discurso está a imperiosa urgência de integração entre o processo formativo e o mundo do trabalho. Esta é a tônica das vozes que ressoam sobre a realidade educacional da escola pública do Município. As falas discentes, no entanto, também apontam para perspectivas positivas nesta formação. Quando provocados sobre o sentido da escola em sua vida, apesar de reconhecerem a fragilidade do aprendizado, emitem valores importantes: primeiro, legitimam a escola como esse local de aprendizado, afirmam que, apesar das dificuldades se o aluno se dedicar, ele aprende. Segundo, é também o lugar da formação pessoal e do aprendizado para o convívio social, surgindo em suas falas a dimensão da ética, do aprendizado do modo de expressar e de levar para a vida conhecimentos importantes para sua prática social. Refletem o sentido de gostar da escola, local de encontro, de formação da amizade e de saber conviver em sociedade.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**; trad. Venícius Figueira. 3ª Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.

BRASIL - MEC, **Plano de Desenvolvimento da Educação**; Brasília, 2007.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 10ed. Campinas, SP: Cortez, 2009. (Biblioteca da Educação. Série 1. Escola; v. 16)

COUTINHO, Cláudio N. A Hegemonia da Pequena Política. In: OLIVEIRA, Francisco de & BRAGA, Ruy & RIZEK, Cibele(orgs). **Hegemonia às Avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo. 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio & CIAVATTA, Maria & RAMOS, Marise, A Gênese do Decreto nº 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, Gaudêncio & CIAVATTA, Maria & RAMOS, Marise(orgs). **Ensino Médio Integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

MELO, Savana Diniz G. Políticas para o Ensino Médio e a Educação Profissional: implicações sobre o trabalho docente na Argentina e Brasil. In: OLIVEIRA, Dalila & DUARTE, Adriana(orgs). **Políticas Públicas e Educação**: regulação e conhecimento. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às Avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de & BRAGA, Ruy & RIZEK, Cibele(orgs). **Hegemonia às Avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo. 2010.

PARA, Governo do. **Plano Plurianual – 2008-2011**. Belém, 2008

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento e Perspectivas Novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

RAMOS, Marize A Educação Tecnológica como Política de Estado. In: OLIVEIRA, Ramon(org) **Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional: políticas públicas em debate**. Campinas: Papyrus. 2012.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Danielle Helena Almeida Machado - Graduada na Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa e Inglesa. Pós-Graduada em Língua Portuguesa e Teoria Literária pela Secal (Sociedade Educativa e Cultural Amélia). Especialista em Docência do Ensino Superior pelo Esap (Instituto de Estudos Avançados e Pós-Graduação). Pós-Graduada em Gestão de Recursos Humanos pela Faculdade São Braz. Pós-Graduada em Qualidade Pública e Responsabilidade Fiscal pela Faculdade São Braz. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística, Dialetoologia, Teoria Literária, Língua Portuguesa e Inglesa. Na área da Indústria possui experiência de Interpretação de Textos Técnicos em Português e Inglês, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Produção e Gestão Industrial no SENAI/ PG (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial)

Janaina Cazini - Bacharel em Administração (UEPG), Especialista em Planejamento Estratégico (IBPEX), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (CETIQT), Practitioner em Programação Neurolinguista (PENSARE) e Mestre em Engenharia da Produção (UTFPR) com estudo na Área de Qualidade de Vida no trabalho. Coordenadora do IEL – Instituto Evaldo Lodi dos Campos Gerais com Mais de 1000h em treinamentos in company nas Áreas de Liderança, Qualidade, Comunicação Assertiva e Diversidade, 5 anos de coordenação do PSAI – Programa Senai de Ações Inclusivas dos Campos Gerais, Consultora em Educação Executiva Sistema Fiep, Conselheira da Gestão do Clima, Co-fundadora do ProPcD – Programa de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de trabalho. Co-autora do Livro Boas Práticas de Inclusão – PSAI. Organizadora da Revista Educação e Inclusão da Editora Atena.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 88, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 135, 161, 162
Aprendizagem 6, 24, 31, 34, 41, 44, 46, 47, 49, 58, 63, 65, 66, 68, 72, 83, 88, 103, 104, 105, 106, 108, 112, 120, 123, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 140, 142, 144, 154, 155, 156, 160, 168, 187, 188, 189, 191, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 228, 236, 238, 240, 253

D

Deficiência visual 122, 124, 127, 128, 131, 132, 134, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 152, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 163, 165, 166, 167, 168, 171

Desenvolvimento humano 69, 238, 252

Dificuldade de aprendizagem 201, 204, 207, 209

Docente 23, 24, 31, 32, 37, 41, 43, 49, 50, 62, 68, 70, 75, 76, 80, 105, 108, 110, 112, 113, 115, 129, 133, 134, 153, 158, 160, 162, 183, 199, 204, 238, 239, 244, 246, 249, 251, 252

E

Educação ambiental 1, 2, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 20, 21, 72

Educação básica 33, 38, 46, 51, 52, 67, 71, 72, 75, 84, 86, 87, 93, 133, 141, 153, 155, 164, 167, 168, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 197, 198, 199, 201, 208, 238, 239, 244, 251, 252

Educação inclusiva 76, 77, 78, 79, 80, 85, 87, 88, 92, 103, 105, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 133, 135, 136, 142, 158, 164, 165, 205

Educação no campo 37, 65, 66, 74

ENEM 9, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195

Ensino-aprendizagem 31, 58, 66, 83, 104, 105, 106, 112, 123, 191, 197, 201, 202, 204, 205, 208, 228, 236

Ensino fundamental 6, 12, 13, 23, 24, 25, 33, 66, 70, 71, 72, 74, 76, 86, 118, 142, 152, 153, 154, 156, 157, 161, 165, 169, 172, 209

Escolas do campo 25, 27, 30, 31, 33, 34, 42, 46, 48, 49, 51, 64, 65, 66, 67, 72, 74

Estudante 49, 58, 90, 123, 124, 125, 126, 185, 190, 191, 194, 228, 235

F

Formação docente 24, 41, 43, 110, 238, 239, 244, 246

Formação humana 24, 26, 41, 42, 47, 59, 115, 238, 239, 240, 244, 245, 246, 248, 251

G

Gestor escolar 161, 201

M

Memória 45, 47, 50, 113, 143, 147, 148, 212, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 235, 236, 237

Multiletramento 110

P

Pessoas com deficiência 80, 87, 92, 120, 121, 125, 135, 146, 154, 155, 159, 166

Políticas Públicas 35, 48, 52, 56, 67, 68, 69, 70, 74, 80, 85, 93, 121, 123, 125, 149, 153, 154, 163, 165, 173, 179, 180, 184, 240, 241

Professor 13, 37, 38, 39, 46, 50, 65, 76, 79, 80, 82, 83, 100, 104, 105, 113, 115, 133, 134, 135, 136, 140, 148, 156, 159, 160, 164, 189, 200, 201, 203, 205, 227, 228, 238, 239, 240, 246, 247, 248, 249, 250

Psicopedagogia 197, 204, 209, 210

S

Surdo 82, 83, 85, 87, 88, 90, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 111, 112, 113, 114, 115, 147

Sustentabilidade 2, 6, 10, 11, 20, 47, 51

T

Tecnologia assistiva 120, 124, 127

Trabalhadores rurais 25, 35, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224

V

Violência nas escolas 9, 238, 244, 245, 246, 247, 248, 251

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-604-1

